



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2022**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2022**

|               |  |
|---------------|--|
| <b>OBJETO</b> | IMPRESSÃO DE MAPAS ATUALIZADOS DA CIDADE DE JATAÍ PARA OS GABINETES DOS VEREADORES |
|---------------|--|

|                         |   |
|-------------------------|---|
| <b>FUNDAMENTO LEGAL</b> | Artigo 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações |
|-------------------------|---|

|                             |   |
|-----------------------------|---|
| <b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b> | <u>339039-83</u> – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica/Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos |
|-----------------------------|---|



# Requisição de Materiais

Gabinete do Vereador Lival

Código: \_\_\_\_\_

Justificativa: \_\_\_\_\_

| Item | Qtd. | Código | Descrição                            |
|------|------|--------|--------------------------------------|
| 1    |      |        |                                      |
| 2    | 1    |        | mapa atualizado de fotei 1,00 x 0,70 |
| 3    | 1    |        | quadro 1,00 x 0,70                   |
| 4    |      |        |                                      |
| 5    |      |        |                                      |
| 6    |      |        |                                      |
| 7    |      |        |                                      |
| 8    |      |        |                                      |
| 9    |      |        |                                      |
| 10   |      |        |                                      |
| 11   |      |        |                                      |
| 12   |      |        |                                      |
| 13   |      |        |                                      |
| 14   |      |        |                                      |
| 15   |      |        |                                      |

Data 01 / 02 / 2022

Angélica M. S. de Oliveira  
Chefe de departamento / Gabinete





# Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo



0000000202290

Número do Processo

90/2022

WWW.JATAI.GO.LEG.BR

Órgão de Origem

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

Departamento de Origem

PROTOCOLO

Interessado

Angelica Merieli Silva de Oliveira.

Assunto

MATERIAL E SERVIÇOS GRAFICO. GRAFICO

Data/Hora

01/02/2022 16:03

Descrição

Solicitação do Gabinete do Vereador Durval Júnior para aquisição de um mapa atualizado do Município de Jataí.

Visualizar Anexo:



Resp. Autuação

KEYNER PEREIRA MARTINS

Previsão

Processo Agrupador

Nr. Doc

Valor

R\$ 0,00





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: EMILIO RABELO CARVALHO**  
**CNPJ: 16.580.950/0001-72**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:43:56 do dia 10/02/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/08/2022.

Código de controle da certidão: **DFB6.C6DF.6C2D.40F7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 16.580.950/0001-72  
**Razão Social:** EMILIO RABELO CARVALHO ME  
**Endereço:** AV RIO CLARO 733 / VILA SANTA MARIA / JATAI / GO / 75800-137

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 11/02/2022 a 12/03/2022

**Certificação Número:** 2022021114395970745360

Informação obtida em 11/02/2022 14:39:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





ESTADO DE GOIAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA  
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA  
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 30824701

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

EMILIO RABELO CARVALHO - ME

CNPJ

16.580.950/0001-72

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.521.486.552

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 11 FEVEREIRO DE 2022

HORA: 15:6:10:5





**PREFEITURA DE  
JATAÍ**

MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ

RUA ITARUMÃ Nº: 355 Bairro: SETOR SANTA MARIA CEP: 75800-089

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE CONTRIBUINTE**

### **DADOS DO CONTRIBUINTE**

**NOME:** EMILIO RABELO CARVALHO - ME

**CCP:** 118847

**CPF/CNPJ:** 16.580.950/0001-72

**TELEFONE:** 6436310128

**ENDEREÇO:** AV. RIO CLARO, Nº 733, QD. 0016, LT. 0020, VILA SANTA MARIA, JATAÍ - GO, CEP: 75800-137

### **FUNDAMENTO LEGAL**

CERTIFICA PARA OS DEVIDOS FINS, QUE O SUJEITO PASSIVO NÃO POSSUI PENDÊNCIAS PERANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ-GO.

RESERVA-SE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL O DIREITO DE LANÇAR E COBRAR POSTERIORMENTE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DE RESPONSABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO ACIMA EPIGRAFADO, QUE VIEREM A SER APURADAS E CONSTITUÍDAS, INCLUSIVE NO PERÍODO DESTA CERTIDÃO.

A autenticidade desta certidão poderá ser verificada no site da prefeitura, conforme dados abaixo:

**AUTENTICAÇÃO:** PXGZKTRK

**EMIÇÃO:** 11/02/2022

**VALIDADE:** 13/03/2022

**WWW.JATAI.GO.GOV.BR**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: EMILIO RABELO CARVALHO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 16.580.950/0001-72

Certidão nº: 5178948/2022

Expedição: 11/02/2022, às 14:45:15

Validade: 10/08/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EMILIO RABELO CARVALHO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **16.580.950/0001-72**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO

Jataí - GO

Gestão 2011/2012



Semeando bons frutos

## PROCURADORIA JURÍDICA

### PARECER JURÍDICO REFERENCIAL N° 001/2019

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços comuns. Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93 e alterações. Requisitos legais. Possibilidade, desde que observadas as recomendações constantes neste Parecer Jurídico Referencial.

### Possibilidade de adoção de Parecer Jurídico Referencial

A Procuradoria Jurídica desta Câmara Municipal de Jataí tem o dever legal de emitir parecer jurídico sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

Todavia, admite-se a figura do Parecer Jurídico Referencial, que é aquele que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, dispensando a análise individualizada, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação referencial.

Com efeito, trata-se de uma possibilidade jurídica perfeitamente aceitável que se coaduna com o princípio da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, sobre a qual o TCU manifestou-se favoravelmente à sua adoção pela Advocacia-Geral da União, nos seguintes termos:

**“9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.”** (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário). Grifo inserido

Assim, a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí adota esse Parecer Jurídico Referencial, nos casos que envolvam dispensa de licitação em função do valor, prevista no art. 24, II, da Lei 8.666/93.





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO

Jataí - GO

Gestão 2011/2012



Semeando bons frutos

## Requisitos legais para Dispensa em função do valor e contratação direta.

Saliento que incumbe a esta Procuradoria analisar o processo sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público.

Todavia, essa regra foi excepcionada pela própria Lei das Licitações, permitindo a contratação direta sem a realização de certame em determinadas hipóteses legais.

Estas hipóteses, previstas na Lei 8.666/93 – Lei das licitações, são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta; podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexigibilidade de licitação, estabelecidas nos artigos 24 e 25, respectivamente.

O Art. 24, II, da Lei das Licitações, estabelece que:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*... omissis*

*II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Os valores previstos no Art. 23, inciso I, alínea “a”, referido na norma supracitada, foram atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, nos seguintes termos:

*“Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*I - para obras e serviços de engenharia:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO

Jataí - GO

Gestão 2011/2012



Semeando bons frutos

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais)."

Dessa forma, é dispensável a licitação para compras e serviços, que não sejam de obras e serviços de engenharia, no valor de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), devendo o departamento técnico responsável verificar o enquadramento matemático do valor da contratação pretendida ao valor referido.

Todavia, não se pode descuidar do correto procedimento para contratação direta, que deve ser iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

Numa interpretação sistemática, deve-se adotar nos casos de dispensa, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, o Parágrafo Único do Art. 26 da Lei das licitações, e o processo de dispensa deve ser instruído ainda com:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso,

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço,

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com relação a justificativa do preço, convém frisar a necessidade de realização de ampla e adequada pesquisa de preços, para subsidiar a melhor contratação, ou seja, aquela que melhor atende ao interesse público.

A Administração deverá observar a necessidade de preferência para a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte, em observância à Lei Complementar nº 123/2006.

O contrato a ser firmado para contratação direta pode ser substituído pela nota de empenho, na forma do art. 62, da Lei 8.666/93.

Frise-se que a Administração deve aferir a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, da empresa selecionada para fornecimento de produtos ou prestação de serviços para a Câmara Municipal.





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO

Jataí - GO

Gestão 2011/2012



Semeando bons frutos

## Conclusão

Por todo o exposto, uma vez atendidas as recomendações apontadas neste Parecer Jurídico Referencial, no seu aspecto jurídico, resguardados o juízo de conveniência e oportunidade do Gestor, nos limites da Lei; ressalvadas, ainda, as questões de ordem fática e técnica, ínsitas à esfera administrativa, o procedimento estará apto para a produção de seus regulares efeitos.

Sendo Referencial o presente parecer, os processos administrativos que guardarem relação inequívoca e direta com a fundamentação aqui realizada, dispensam análise individualizada, desde que o setor competente ateste, de forma expressa, que o caso concreta amolda-se aos termos desta manifestação, conforme modelo em anexo.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 28 de maio de 2019.

**Renata Silva Oliveira**  
**Procuradora Jurídica**

**RENATA SILVA**  
**OLIVEIRA:60724919**  
**104**

Assinado de forma digital por  
RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919104  
Dados: 2019.05.28 16:22:13 -03'00'





# Câmara Municipal

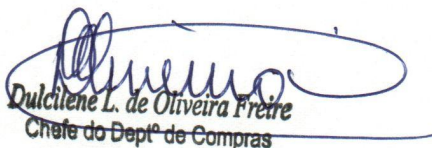
PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

## ANEXO

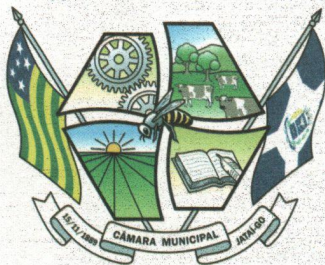
### ATESTADO DE CONFORMIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO COM O PARECER JURÍDICO REFERENCIAL Nº 001/2019.

Atesto que o Processo Administrativo nº 90/2022, que objetiva a contratação de empresa EMÍLIO RABELO CARVALHO - ME, por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, amolda-se à manifestação jurídica referencial exarada no Parecer Jurídico Referencial no 001/2019.

Jataí, 11/02/2022

  
Dulcilene L. de Oliveira Freire  
Chefe do Deptº de Compras





# Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo


## CERTIDÃO

**CERTIFICAMOS**, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário na dotação **339039 / 83 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / Serviço de Cópias e Reprodução de Documentos**, suficiente para ocorrer despesas com este tipo de serviço para a Câmara Municipal de Jataí.

**CERTIFICAMOS** ainda que já foi feita reserva orçamentária no valor de R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais) nesta dotação.

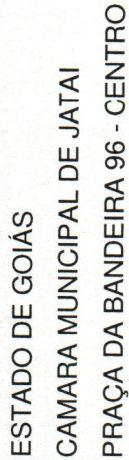
Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATAÍ, 11 de fevereiro de 2022.

  
Adonae Augusto Pereira

TC CRC GO 2210/0-4





PARÂMETROS -> Todas dos órgãos escolhidos

COMPARATIVO DA DESPESA COMPLETO POR DOTACÃO DE 11/02/2022 ATÉ 11/02/2022

[illegible]



- ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO -

**CERTIFICADO DE REGULARIDADE**

Certifico para os devidos fins que a presente  
despesa foi atestada

**CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO**  
SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO Nº DECRETO: 0000042015

**- D E O F -**

**01**

**DOCUMENTO DE EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

**1 - IDENTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

|  |                    |  |                    |                     |                          |                     |   |                                      |                        |                    |  |
|--|--------------------|--|--------------------|---------------------|--------------------------|---------------------|---|--------------------------------------|------------------------|--------------------|--|
| 1.1 - CÓD.<br>6831   |                    | 1.2 - DOCUMENTO<br>NOTAS DE EMPENHO    |                    |                     |                          |                     | 1.3 - FONTE DE RECURSOS<br>Recursos Não Vinculados de Impostos / Recurso: |                                      |                        | 1.4 - NÚMERO<br>-1 |  |
| 1.5 - DATA DE EMISSÃO<br>11/02/2022                          |                    | 1.6 - NÚMERO DO PROCESSO<br>0000090/22 |                    |                     | 1.7 - TIPO<br>ESTIMATIVO |                     | 1.8 - FICHA<br>0017.000   |                                      | 1.9 - SALDO ANTERIOR   |                    |  |
| 1.10 - EXERC.<br>2022  | 1.11 - ÓRGÃO<br>01 | 1.12 - UND.<br>01                      | 1.13 - FUNC.<br>01 | 1.14 - PROG<br>0139 | 1.15 - SUBFUN<br>031     | 1.16 - P/A<br>2.001 | 1.17 - NAT.DESPESA<br>3.3.90.39.83  | 1.18 - FONTE / DESTINAÇÃO<br>100.000 | 1.19 - VALOR<br>375,00 |                    |  |
| 1.20 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA<br>CAMARA MUNICIPAL              |                    |  |                    |                     |                          |                     |   |                                      | 1.21 - SALDO ATUAL     |                    |  |
| 1.22 - PROJETO / ATIVIDADE<br>MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL |                    |  |                    |                     |                          |                     |   |                                      | 1.23 - REQUISIÇÃO      |                    |  |

**2 - DADOS DO BENEFICIÁRIO OU RECOLHEDOR**

|   |  |   |  |                |  |
|---|--|---|--|----------------|--|
| 2.1 - NOME<br>EMILIO RABELO CARVALHO-ME |  | 2.1 - CPF OU CNPJ<br>16.580.950/0001-72 |  |                |  |
| 2.3 - ENDEREÇO<br>AV. RIO CLARO, 733    |  | 2.4 - MUNICÍPIO<br>JATAI                |  | 2.5 - UF<br>GO |  |

**3 - HISTÓRICO**

|  |                       |
|--|-----------------------|
| 3.1 - ESPECIFICAÇÃO<br>EMPENHO EMITIDO PARA IMPRESSÃO DE MAPAS DA CIDADE PARA OS GABINETES DA CMJ. |                       |
| 3.2 - CERTIFICADO  |                       |
| 4.1 - VALOR DO DOCUMENTO POR EXTENSO<br>(TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)                        | 4.2 - VALOR<br>375,00 |

MARINA SILVEIRA MARTINS  
CPF: 433.459.801-34  
PRESIDENTE DA CÂMARA

  
ADONAE AUGUSTO PEREIRA  
CPF: 075.191.841-53 CRC: 2210/0-4GO  
CONTADOR